



GT 58. Migrações, Mobilidades e Deslocamentos. As movimentações populacionais na contemporaneidade.

Coordenador(es):

Miriam de Oliveira Santos (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Gláucia de Oliveira Assis (UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina)

Sessão 1

Debatedor/a: Daniel Granada da Silva Ferreira (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Catarina Chitolina Zanini (ufsm)

Sessão 3

Debatedor/a: Sidney Antonio da Silva (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Desde 2006, esse GT tem buscado refletir sobre as diferentes dimensões e contextos das mobilidades. No século XXI a chamada "crise migratória", o processo de securitização nas fronteiras, a intensificação dos deslocamentos, ganharam uma relevância e urgência significativas que refletem a complexidade dos conflitos de várias naturezas presentes na mobilidade humana. Nesse contexto, homens, mulheres e crianças em movimento categorizados como migrantes, refugiados, deslocados ou pessoas em mobilidade, buscam na migração (com maior ou menor grau de escolha e/ou de protagonismo) um caminho para seus projetos em busca de melhores condições de vida do que têm na sua região ou país de origem. A proposta deste GT é acolher trabalhos que busquem analisar os processos e políticas migratórias considerando que raça, gênero, classe e outros marcadores impactam na compreensão dos processos, no diálogo intercultural e nas interações com a sociedade de acolhimento. Compreender as interações cotidianas e as lógicas classificatórias que são acionadas em função dos processos migratórios, de como os migrantes são categorizados e das novas configurações societárias contemporâneas. O GT propõe a partir de um diálogo interdisciplinar da Antropologia com outros campos, acentuar as trocas de metodologias e experiências de pesquisa nos estudos migratórios, promovendo um aprofundamento em relação às abordagens habituais e acrescentando novas possibilidades para o enfoque antropológico da questão.

Direito do estrangeiro no Brasil: acesso à justiça e direitos sociais

Autoria: Thays dos Santos Pinto (UFF), Mirian Alves de Souza

Pretendemos apresentar uma reflexão sobre o direito do estrangeiro no Brasil, explorando o acesso à justiça e a direitos sociais, no contexto da Nova Lei de Imigração. A partir de work de campo desenvolvido na unidade de saúde pública HEMORIO e na Polícia Federal do Rio de Janeiro (2020), a proposta abordará os principais desafios de um estrangeiro no Brasil para ter acesso à justiça e a direitos sociais. O direito fundamental à saúde é garantido a estrangeiros? Que tipo de documento deve ser apresentado para o atendimento na rede pública de saúde? Existe alguma condição para que o pedido de refúgio seja feito? Estes desafios serão analisados considerando o discurso de funcionários da Polícia Federal, que fazem o atendimento a estrangeiros nas delegacias especializadas, e, especialmente, a partir de narrativas de estrangeiros de diferentes nacionalidades e em situações migratórias diversas (turistas, refugiados, solicitantes de refúgio, estudantes e etc), que passaram pela rede de atendimento do HEMORIO. Nesse sentido, a proposta focaliza práticas burocráticas de acesso à saúde e à justiça para estrangeiros no Rio de



Janeiro, problematizando a categoria estrangeiro como uma ? ampla rubrica legal ou descritiva? (MALKKI, 1995), que inclui uma diversidade de sujeitos, analisados a partir de outras dinâmicas de poder interseccional (LOKOT, 2018).

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: